

economia



Visão Empresarial

Suzana Vellinho

Presidente da ACPA

Plano Diretor: Após 25 anos, é hora de mudar

Imagine planejar o crescimento urbano e ambiental de uma cidade como Porto Alegre, que tem uma população de aproximadamente 1,4 milhão de habitantes, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizado em 2022. Não é nada fácil.

Quando a questão envolve o bem-estar do cidadão, o sentimento de pertencimento, que a sua vida está conectada com a vida da cidade e do bairro onde mora, o tema se torna mais sensível às tomadas de decisão. Essa complexidade chama-se Plano Diretor.

O tema está em pauta e sendo tratado pelos gestores públicos, iniciativa privada, comunidade, entidades empresariais, agentes políticos, enfim, todos que devem e precisam contribuir para o futuro do território onde vivem, convivem e realizam negócios.

Definir diretrizes para o crescimento da cidade interfere também na atração de visitantes, gerando movimento ao comércio, vitalidade às ruas e prosperidade aos serviços. É criar um ciclo virtuoso, que gera empregos, renda e recursos para vestir Porto Alegre com novas cores, cuidando melhor de quem nela vive.

A metodologia de escuta ativa usada nesta etapa do processo é o desejo de que se pense o espaço público como extensão da nossa casa, que inspire segurança, acolha a diversidade e seja sustentado pelo desenvolvimento econômico.

O trabalho de busca e de ideias para esse Plano Diretor está acontecendo há 7 anos. Neste período, centenas de pessoas foram ouvidas através de oficinas, seminários e reuniões com pessoas dos mais variados segmentos. O plano atual está há 25 anos regendo a cidade, o que representa uma geração. Durante esse tempo, muita coisa mudou. O que está sendo debatido é um plano que se adequa ao novo momento, com uma população predominantemente nova, em que as pessoas migraram do rural para o urbano na procura por melhores oportunidades. Esse Plano Diretor, que está em andamento, precisa contemplar essas mudanças, essas condições, fazendo de Porto Alegre um território que considere tais alterações e integre as novas gerações e seus hábitos de vida.

Todos os processos que têm o diálogo como principal ferramenta de participação conquistam a minha profunda admiração, pois acredito no poder da conversa, da escuta, da atenção, do ponto de vista diferente dos demais. Essa troca enriquece todo e qualquer processo.

Vejo conexões muito fortes entre a metodologia do Plano Diretor e o Associativismo. Ambos se utilizam do diálogo e da escuta ativa para ampliar a participação da sociedade. E, nesse processo, o Associativismo tem um papel central, pois nenhuma cidade se transforma sozinha. São as entidades, as associações e os coletivos de bairro, de classe e de setor produtivo que dão voz às necessidades reais da sociedade e fortalecem a participação cidadã.

É nesse espírito que a Associação Comercial de Porto Alegre reafirma seu compromisso de participar ativamente deste debate, levando as contribuições do setor produtivo, mas, sobretudo, construindo pontes para que o futuro urbano da nossa cidade seja fruto do diálogo e da cooperação.

Como todo plano, este contempla a maioria. Ele não beneficia minoria. É um plano que busca atender as vocações das diversas localidades.

Planejar é uma tarefa complexa. Depende de muitas variáveis, fatores que nem sempre podem ser previstos. A complexidade independe do que é planejado

Certel pretende antecipar início da PCH Vale do Leite

Empreendimento no rio Forqueta terá investimento de R\$ 84 milhões

/ ENERGIA

Jefferson Klein, de Pouso Novo
jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Após vencer leilão de energia na semana passada, a Certel garantiu um contrato de venda da geração da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Vale do Leite por 20 anos, a contar de 1º de janeiro de 2030. No entanto, a cooperativa gaúcha pretende concluir a usina que será implementada no rio Forqueta bem antes dessa data. A expectativa é que a unidade entre em operação no primeiro trimestre de 2027.

Segundo o presidente da Certel, Erineo José Hennemann, a construção da PCH deverá levar cerca de 18 meses para ser finalizada. O dirigente participou ontem da cerimônia de anúncio da instalação do empreendimento, celebrada em Pouso Novo (a usina ficará entre esse município e Coqueiro Baixo).

Durante a solenidade, Hennemann destacou que, para o começo dos trabalhos, era necessária a autorização de início de obras a ser concedida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura. Logo após o discurso do presidente da cooperativa, a secretária da pasta, Marjorie Kauffmann, que também participou do evento, confirmou a liberação da permissão.

Com o documento em mãos, a perspectiva é que a obra comece nas próximas semanas. Como o prazo de entrega da energia estabelecido pelo leilão é apenas a partir de 2030, a geração que for disponibilizada antes disso deverá ser comercializada no mercado livre (ambiente formado por grandes consumidores que podem escolher de quem vão comprar a energia).

A potência instalada da PCH



Cerimônia de anúncio da construção da usina ocorreu em Pouso Novo

Vale do Leite será de 6,4 MW, o suficiente para atender a uma cidade com cerca de 20 mil habitantes. A barragem da hidrelétrica terá em torno de 29 metros de altura e 120 metros de comprimento. Para concretizar a estrutura, a estimativa é que sejam necessários mais de 19 mil metros cúbicos de volume de concreto, o que representa uma carga para mais de 2,7 mil caminhões. No pico das obras, deverão ser empregadas aproximadamente 100 pessoas.

O contrato de 20 anos, garantido pelo leilão, deve render uma receita bruta de cerca de R\$ 350 milhões para a Certel. Hennemann informa que o investimento no complexo será de aproximadamente R\$ 84 milhões. O dirigente frisa que a questão financeira da iniciativa já está estruturada e contará com o financiamento das agências Sicredi de Teutônia, Lajeado, Encantado e Soledade. “Então, existe aí um dos sagrados princípios do cooperativismo que é a integração entre cooperativas”, enfatiza o presidente da Certel.

Um dos benefícios da PCH, aponta o dirigente, será propiciar

uma geração local que permitirá ao Rio Grande do Sul reduzir a sua “importação” de energia de outras regiões do Brasil. Ele lembra que a intenção do desenvolvimento da usina foi anunciada em 2020. Porém, eventos como a pandemia de coronavírus e a enchente do ano passado acabaram postergando o projeto.

A cooperativa já possui no Rio Forqueta as usinas Rastro de Auto (7 MW) e Salto Forqueta (6 MW). Ao todo, a associação tem projeção de efetivar sete hidrelétricas no local, que somariam cerca de 38 MW. Além desses projetos, Hennemann ressalta que continua dentro dos planos da cooperativa a construção da hidrelétrica Bom Retiro, no Rio Taquari, que previa uma capacidade de 35 MW.

Contudo, devido à enchente de 2024, esse empreendimento terá que ser reestruturado. Essa nova concepção deve levar em torno de dois anos para ser elaborada. A Certel tem também planos para implementar um parque eólico no município de Harmonia, que deverá ter uma potência instalada de 40 MW.

Energia Forte no Campo terá nova fase lançada na Expointer

A quinta edição do programa Energia Forte no Campo, que conta com a participação de cooperativas de eletrificação e do governo do Rio Grande do Sul e tem como objetivo incentivar a expansão de linhas trifásicas na área rural para fortalecer as condições de fornecimento de energia, será lançada na próxima semana durante a Expointer, em Esteio. Nessa próxima etapa

da iniciativa, a secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura, Marjorie Kauffmann, salienta que haverá novidades quanto ao investimento que será feito pelo governo gaúcho, bem como nas ações que poderão ser subsidiadas.

Marjorie prefere não revelar ainda os detalhes dessas mudanças. “Mas será o maior aporte feito até hoje”, assinala a secretária. Uma

fonte que acompanha o tema revela que a perspectiva é que essa fase do programa envolva recursos totais na ordem de R\$ 400 milhões, podendo ser aplicados, além de na implantação de redes trifásicas, no desenvolvimento de subestações de energia. O percentual de contrapartida do governo do Estado nos investimentos desembolsados também deverá aumentar de 20% para 35%.